



**REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_/2011**

(Do Senhor Raul Lima)

Solicita convidar o Deputado César Halum para comparecer a esta Comissão, com vistas a debater com os membros deste colegiado acerca do alto custo da energia elétrica nos estados da Amazônia Legal.

Senhor Presidente:

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos regimentais e ouvido o Plenário, convidar o Deputado César Halum (PPS/TO), Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Consumidores de Energia Elétrica e Combustíveis, para comparecer a esta Comissão, com vistas a debater com os membros deste colegiado acerca do alto custo da energia elétrica no Brasil, em especial a dos estados da Amazônia, cerca de duas vezes superior àquela fornecida em outras unidades da Federação.

**JUSTIFICAÇÃO**

Conforme vem sendo largamente noticiado, existe uma forte tendência por parte do Governo Federal de prorrogar as atuais concessões do setor elétrico, o que manteria o custo da energia nos atuais níveis estratosféricos, pois é do conhecimento de todos que a energia elétrica brasileira é uma das mais caras do mundo. Essa situação configura sobretudo um grande paradoxo, considerando o fato de que tal energia, quando obtida a partir de uma fonte permanente, na forma de uma usina hidrelétrica, é uma das formas mais baratas de produzir esse recurso essencial aos brasileiros, não havendo assim qualquer explicação justa para tal custo, diante do fato de que o Brasil possui o maior potencial hídrico do mundo.

As atuais concessionárias, em seu esforço para manter suas concessões, alegam que não dá mais tempo para que sejam feitos os leilões necessários às novas concessões; que haverá perda da capacidade de investimento no setor; que a indefinição atual levou à suspensão do



investimento nas próprias concessões; que a indecisão sobre o que se irá decidir leva insegurança; que as prorrogações custariam menos ao país; e por fim que os futuros leilões levarão à privatização do setor elétrico. Todos esses argumentos foram prontamente rebatidos por um estudo da FIESP, e causa muita estranheza o fato de que a legislação brasileira é clara, as atuais concessionárias não poderiam ter suas concessões prorrogadas, em razão do fato de que os investimentos aplicados na geração de energia (em sua maior parte a construção e manutenção de hidrelétricas) somente poderiam ser cobrados dos consumidores ao longo da vigência das concessões, e as novas deveriam necessariamente excluir esses custos da energia a ser fornecida. É por isso que a legislação vigente determina que as atuais concessões não poderiam ser prorrogadas.

É ainda mais estranho o fato de que os estados da Amazônia tem um custo de energia que chega a ser o dobro do de outros estados das demais regiões, o que não se justifica, pois a maior parte da energia que eles consomem vem de usinas da própria região, não se sustentaria o argumento de que a demanda por extensas linhas de distribuição aumentaria seu custo. Essas linhas foram de fato construídas, mas isso se deu para levar a energia lá produzida às demais regiões do Brasil. Considerando a situação socioeconômica da Amazônia, verifica-se que a situação, além de inexplicável, é totalmente injusta. Fazendo uma analogia com um assunto que hoje faz parte do cotidiano do nosso Congresso, a distribuição dos royalties do petróleo, situação que vem levando os estados produtores a reivindicar uma parcela maior desses recursos, concluo que deveríamos discutir se não seria o caso de criar uma política de royalties para a distribuição de energia.

Sala da Comissão, em 5 de outubro de 2011.

**Deputado Raul Lima**